primeira infância

PRIMEIRO

Por que as crianças de até 6 anos devem ser prioridade nos planos de governo

FUNDAÇÃO
Maria Cecilia
Souto Vidigal

Caro leitor,

Desenvolver as crianças é uma das formas mais eficientes para se desenvolver a sociedade. Investir na primeira infância é uma das melhores estratégias para se quebrar o ciclo intergeracional da pobreza, impedindo que a miséria se torne hereditária. Nossa missão incansável é garantir que todas as crianças tenham oportunidade de atingir seu pleno potencial de desenvolvimento. Para isso, contar com os candidatos, gestores públicos e instituições é fundamental.

O modelo de república federativa do Brasil prevê a distribuição das responsabilidades entre os três níveis de governo, atribuindo aos municípios autonomia administrativa e responsabilidades quanto à execução das principais políticas públicas. São eles que atendem às crianças na maioria dos serviços e são neles que trabalham os agentes comunitários, enfermeiros, médicos, assistentes sociais e profissionais da educação. Sem o envolvimento dos municípios, não há como garantir o pleno desenvolvimento dos pequenos.

Essas responsabilidades têm seu planejamento realizado antes mesmo do começo da gestão, no princípio do ciclo democrático: na campanha eleitoral. Incluir a primeira infância nos planos de governo é o primeiro passo dessa jornada. Colocá-lo em prática e atuar ao longo do mandato priorizando as crianças pode mudar o destino de uma geração. Por isso, a Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal decidiu criar uma iniciativa de sensibilização e mobilização dos candidatos nas Eleições 2020.

Em um país de proporções continentais e com realidades tão diversas, garantir que todas as crianças possam se desenvolver plenamente é um desafio que precisa ser compartilhado por todos. A priorização dessa agenda deve acontecer em todas as esferas de poder, de maneira transversal, e os municípios são os responsáveis por materializar esses avanços. Nos 6 primeiros anos de vida se formam 90% das conexões cerebrais e mais da metade dessa janela de oportunidade acontece em um único mandato. Precisamos agir agora pelas crianças.

Para apoiar nessa missão, esse documento traz nove diretrizes prioritárias para a concretização dessa agenda, com recomendações de como incluí-las nos planos de governo dos candidatos. São ações e políticas públicas que, se colocadas em prática, podem gerar grande impacto na vida das crianças, suas famílias e toda a sociedade.

Priorizar a primeira infância é urgente e é nossa responsabilidade. Contamos com você nessa jornada.

Cordialmente,
Mariana Luz,
CEO da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal

eleja as CRIANÇAS!

O seu município tem milhares (em alguns casos, milhões) de eleitores. Nenhum deles com menos de 16 anos. Com menos de 6, então...

primeira infância
0 a 6 anos

- **E, no entanto,** esta parcela da comunidade – a faixa de 0 a 6 anos de idade, chamada de primeira infância – precisa estar entre as suas prioridades.

- **É certo que**, neste momento de crise sanitária e econômica que o Brasil (e o mundo) vive, os governantes eleitos terão de lidar com desafios maiores, mais urgentes, mais difíceis. As demandas serão mais vocalizadas. As campanhas terão mais restrições. E o horizonte será, provavelmente, de um trabalho mais árduo e escolhas mais difíceis.

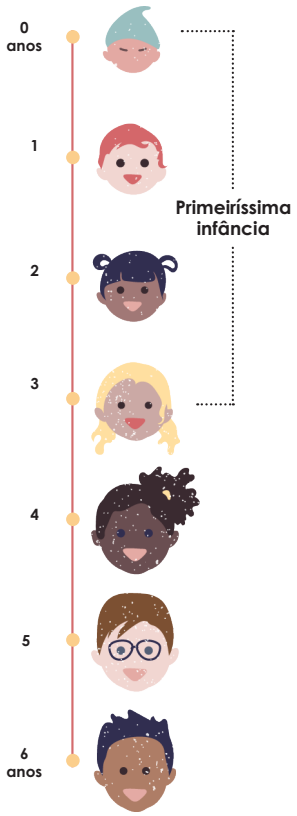
- **Tudo isso** só torna ainda mais importante estabelecer as prioridades corretas. E uma das primeiras deve ser o trabalho pelas crianças pequenas.

Neste documento nós vamos explicar por quê. E vamos mostrar como você pode ter uma atuação transformadora para inúmeras famílias e para o município como um todo, criando oportunidades para muita gente.

o que é PRIMEIRA INFÂNCIA

É o período que vai do **nascimento aos 6 anos** de idade.

Dividido em duas fases:



5 razões SOCIOECONÔMICAS

É o investimento com melhor taxa de retorno para o município

1 Pesquisas que valeram o prêmio Nobel da Economia ao americano James Heckman, no ano 2000, mostram que o dinheiro aplicado em cuidados com as crianças em situação de vulnerabilidade volta para a sociedade na forma de economia com programas sociais, taxa de violência menor, nível salarial maior (que se traduz em produção maior de riquezas e mais impostos para sustentar os programas do governo). Segundo o próprio Heckman, o retorno sobre o investimento nesta fase é de 13%. [1]

12,5 a 15 % ao ANO

Estudos brasileiros na mesma linha de Heckman apontam uma taxa de retorno financeiro entre **12,5%** e **15%** ao ano.[2]

2 Estudos mostram que os estímulos recebidos na primeira infância têm impacto no modo como as pessoas aprendem pelo resto da vida.

- crianças com bom vocabulário aos 2 anos chegam à escola mais bem preparadas.[3]
- crianças que frequentaram instituições de educação infantil de qualidade tinham um desempenho 12% melhor na Provinha Brasil, aplicada no 2o. ano do ensino fundamental.[4]

3 Crianças que receberam cuidados de qualidade na primeira infância têm mais chance de obter melhores empregos na vida adulta, com salários em média 25% maiores.[5]

1 *https://heckmanequation.org/resource/13-roi-toolbox/* 2 *Barros, Ricardo e Rosane Mendonça, Uma avaliação dos custos e benefícios da educação pré-escolar no Brasil. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/ibrecps/sem_educa_inf/Quali_texto_Rosane.PDF* 3 *O GLOBO. Crianças com bom vocabulário aos 2 anos chegam mais preparadas ao jardim de infância. O Globo, 18 ago. 2015. Disponível em: https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/criancas-com-bom-vocabulario-aos-2-anos-chegam-mais-preparadas-ao-jardim--de-infancia-17208531* 4 *A contribuição da educação infantil de qualidade e seus impactos no início do ensino fundamental. Disponível em http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/28269* 5 *Labor Market Returns to an Early Childhood Stimulation Intervention in Jamaica. Disponível em https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24876490/*

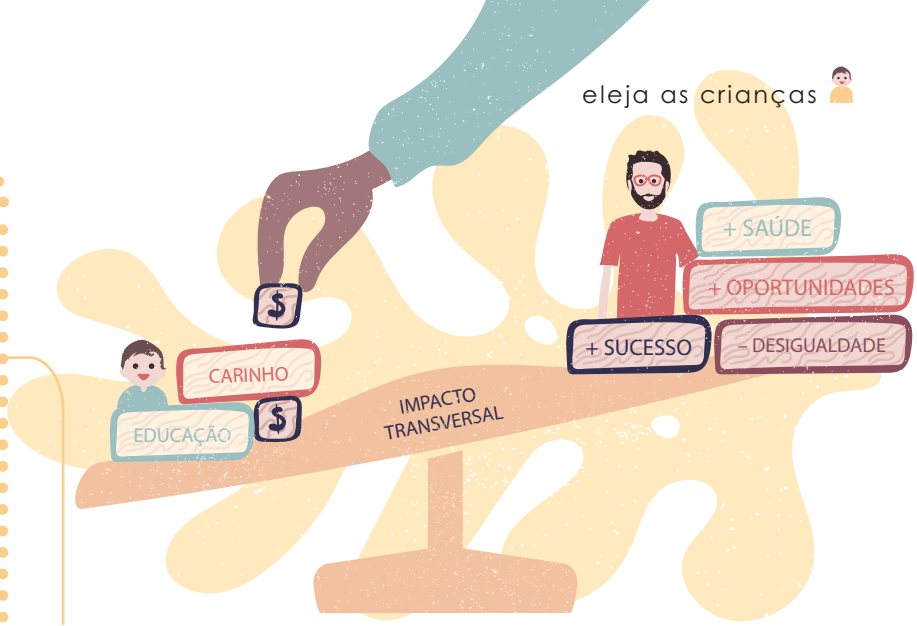
De acordo com o Fórum Econômico Mundial, o Brasil poderia ter um ganho de 145 milhões de dólares em crescimento na próxima década, se tivesse maior mobilidade social (oportunidades de ascensão para os pobres).

Índice de Mobilidade SOCIAL GLOBAL

- Entre 82 países, o Brasil aparece em 60º lugar

1. Dinamarca = 85,2
2. Noruega = 83,6
3. Finlândia = 83,6
8. Bélgica = 80,1
11. Alemanha = 78,8
15. Japão = 76,1
21. Reino Unido = 74,4
24. Portugal = 72,0
27. Estados Unidos = 70,4
44. Costa Rica = 61,6
47. Chile = 60,3
51. Argentina = 57,3
58. México = 52,6
60. **Brasil = 52,1**

Fonte: *https://www.weforum.org/reports/global-social-mobility-index-2020-why- ; Fórum Econômico Mundial. O índice leva em conta a chance de ascensão social durante a vida; a chance de os filhos ascenderem socialmente (mobilidade intergeracional); a chance de alguém ganhar mais do que os pais na mesma idade; a chance de ter mais educação que os pais; e o quanto a situação familiar determina a renda e o nível educacional dos indivíduos. Disponível em: http://www3.weforum.org/docs/Global_Social_Mobility_Report.pdf*



4 Pesquisas apontam que investir no desenvolvimento infantil é uma das estratégias mais eficientes para quebrar o ciclo intergeracional da pobreza – é a melhor maneira de impedir que a miséria se torne hereditária.[6]

5 Para combater desigualdades, o investimento nas crianças é muito mais eficiente do que criar programas compensatórios no futuro.

- é consenso entre pesquisadores que a educação é uma das melhores formas de combater a desigualdade. Isso porque crianças de classes mais vulneráveis tendem a ter menos oportunidades de desenvolvimento ao longo da vida. Ou seja: programas voltados às classes menos favorecidas não só promovem justiça para os indivíduos que as recebem, mas reverberam em toda a sociedade – ao formar profissionais mais qualificados no futuro.

6 O investimento em primeira infância é transversal. Quer dizer, afeta todas as outras áreas: saúde, segurança, educação, trabalho…

6 *UNICEF. Early Childhood Development: For every child, early moments matter. Disponível em https://www.unicef.org/early-childhood-development*

5 explicações CIENTÍFICAS

Essa idade é crucial para a formação de indivíduos autônomos, produtivos e saudáveis

1 Nos primeiros anos de vida, o cérebro forma mais de 1 milhão de conexões cerebrais por segundo[7]. É um momento único.

2 **90%** **do cérebro** está formado até os 6 anos de idade.[8]

Depois dessa enorme proliferação, as conexões são reduzidas por um processo de "poda", em que os caminhos mais usados são reforçados e se tornam mais eficientes.

3 As conexões formadas nesta fase são a base para o desenvolvimento futuro do cérebro.

Quer dizer: não cuidar da primeira infância é como querer construir uma casa sem prestar atenção nas fundações.

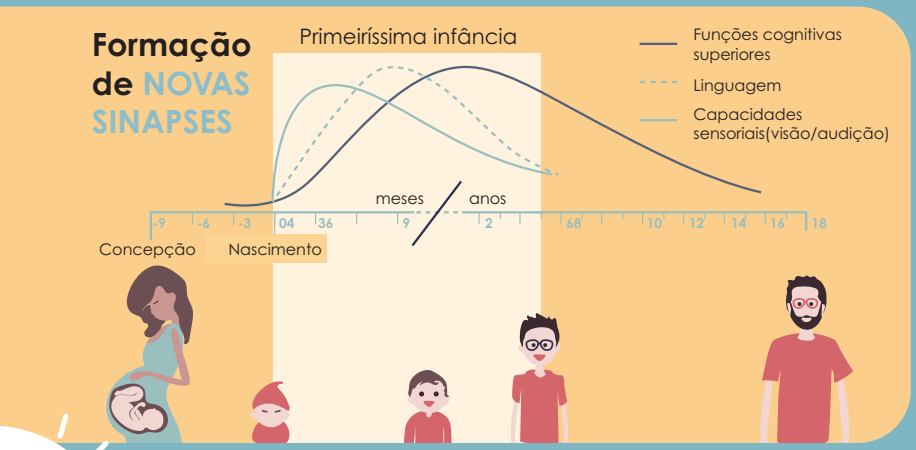
4 As conexões não respondem só pela capacidade intelectual. Na primeira infância também se formam as habilidades emocionais e sociais das pessoas.

5 Isso significa que as experiências vividas pelas crianças, hoje, moldam seu futuro – e seu potencial de colaborar com a sociedade.

Boas experiências abrem as portas para uma vida mais completa, mais satisfatória, mais produtiva.

Infelizmente, o oposto também acontece: situações estressantes que perduram muito tempo, como as consequências da pobreza extrema, da negligência e da violência, por exemplo, podem comprometer o desenvolvimento pleno de uma criança.

As boas experiências começam antes mesmo do nascimento. A partir da 25ª semana de gestação, o bebê já é capaz de ouvir a voz da mãe e outros sons do ambiente externo, e pode reter memórias afetivas.



Fonte: *Modificado de Charles A. Nelson, From Neurons to Neighborhoods, 2000*

[7] *Estimativa do Center on the Developing Child, da Universidade Harvard* [8] *Unicef, Relatório anual do fundo das Nações Unidas para a infância, Brasília, 2006.*

uma questão DE DIREITO

Crianças não são apenas projetos de adultos. São sujeitos de pleno direito

- A valorização da infância é um processo de dois séculos. Lá atrás, no começo da revolução industrial, era comum as crianças trabalharem, inclusive em fábricas ou minas de carvão. Aos poucos, o mundo foi percebendo a necessidade de cuidar melhor das crianças.

- Um marco nesse caminho foi a Convenção dos Direitos da Criança, lançada pela ONU em 1989 e ratificada por 196 países.

- Um ano antes, o Brasil já havia classificado as crianças como sujeitos de direito, em sua nova Constituição.

Constituição Brasileira, artigo 227:

"É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão".

evolução dos direitos DA CRIANÇA NO BRASIL

- **1923** - criação do Juizado de Menores
- **1937** - a Constituição obriga o Estado a prestar assistência à infância
- **1988** - nova Constituição divide as responsabilidades pela infância entre o Estado, a família e a sociedade
- **1989** - é lançada a Convenção dos Direitos da Criança, o instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal, ratificado por 196 nações.
- **1990** - o Estatuto da Criança e do Adolescente cria a doutrina de proteção integral e considera a criança como cidadão de pleno direito
- **2016** - o Marco Legal da Primeira Infância especifica ações para atender às crianças de 0 a 6 anos

Fonte: *Avanços do Marco Legal da Primeira Infância, in Cadernos de Trabalhos e Debates da Câmara dos Deputados.*

Em 2020, o ECA completa 30 anos!

- Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) criou a doutrina da proteção integral às crianças.

- O Marco Legal da Primeira Infância, de 2016, é uma lei que amplia os direitos dos pequenos e especifica ações para atender à faixa de 0 a 6 anos. Ele afirma, por exemplo, que a ação do Estado em prol das crianças não se limita às instituições de atendimento, mas estende-se à criação e manutenção de espaços lúdicos para brincar, ambientes comunitários livres e seguros e intervenções junto às famílias, como visitas domiciliares para estimular o pleno desenvolvimento na primeira infância.

- A proteção aos primeiros anos de vida é uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), compromisso assumido pelo Brasil e pelos demais 192 países que compõem a ONU.

Mas todos esses avanços, no Brasil e no mundo, só podem se materializar nos municípios.

Porque é lá que ocorre o acesso e a prestação do serviço público.

De pouco adianta, por exemplo, uma lei federal ordenar a supervisão de crianças em situação de risco se não houver profissionais alocados para essa missão, na localidade onde elas moram.

em busca do DESENVOLVIMENTO PLENO

Segurança física é essencial. Mas afeto, proteção psicológica, companhia, estímulos intelectuais e muita brincadeira também são

- A maioria das pessoas concorda que as crianças pequenas precisam de bons cuidados físicos: boa alimentação, higiene, vacinação. Mas para seu desenvolvimento pleno é preciso cuidar, também, dos aspectos social, emocional e cognitivo.

- Isso significa dar proteção e estímulos, como leitura, afeto, brincadeiras, companhia, experiências enriquecedoras.

- Brincar é fundamental: durante essa atividade, a criança vai se tornando capaz de aprender a aprender, algo que lhe vai ser útil a vida toda. Nas brincadeiras, as crianças se tornam ativas em seu próprio desenvolvimento.

- Igualmente, o contato com a natureza e outras crianças é essencial para o desenvolvimento.

- Também é crucial haver um atendimento acolhedor para crianças em situação de risco ou expostas a adversidades, como abuso infantil, negligências ou exposição prolongada a episódios de violência. Intervenções preventivas têm muito mais eficácia: daí a importância de haver programas de saúde e assistência às crianças.

o que o município PODE FAZER

As principais recomendações aos gestores públicos para a primeira infância

- Cerca de 10% da população brasileira está na faixa de 0 a 6 anos de idade. São crianças pequenas, mas são também cidadãos e sujeitos de pleno direito. Elas não têm condições, ainda, de defender seus direitos por si próprias – mas engajar-se em seu benefício sensibiliza pais, mães, avós, professores… a maioria do eleitorado. E, de quebra, pavimenta o caminho para um futuro melhor na região.

- Para agir com consistência em benefício da primeira infância é preciso primeiro inteirar-se dos principais desafios no atendimento aos direitos das crianças em seu município e ter objetivos claros, metas factíveis para atingir durante o mandato.

- Um bom prefeito e uma boa câmara de vereadores são aqueles capazes de fazer boas escolhas diante das restrições de tempo e de orçamento a que estão submetidos. Algumas dessas escolhas trazem resultados imediatos, e conferem reconhecimento automático a quem as tomou. Outras têm efeito de longo prazo, mas nem por isso são menos importantes – e podem fazer uma gestão entrar para a história do município.

- Neste momento de complexidades adicionais, de uma crise inédita de saúde com impactos econômicos extraordinários, pode haver uma tendência a concentrar a atenção em medidas emergenciais. É crucial, no entanto, manter algumas linhas de ação para garantir as conquistas das crianças e pavimentar o caminho para novos avanços.

Aqui apresentamos algumas diretrizes:

1. CRECHE PARA QUEM QUER OU PRECISA

Primeira etapa da educação infantil, a creche atende crianças de 0 a 3 anos.

É uma obrigação dos municípios ofertar vagas em creche para todas as famílias que tenham interesse.

A creche não apenas permite que os pais possam trabalhar. Ela tem papel decisivo no desenvolvimento da criança.

Não à toa, a meta número 1 do Plano Nacional de Educação (PNE) é de que, até 2024, 50% das crianças até 3 anos estejam matriculadas em creches.

Para atender este desafio, é preciso:

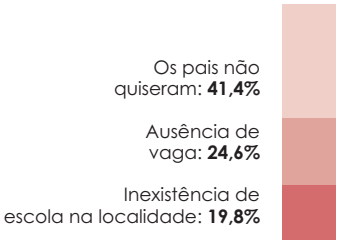
- conhecer a real demanda por creches no município, que pode ser diferente da meta estabelecida no PNE de 50%.
- planejar e implementar ações para atender essa população.
- estabelecer como prioridade as famílias mais vulneráveis, para oferecer estímulos adequados às crianças.
- garantir não apenas a quantidade, mas a qualidade do serviço, com profissionais qualificados, práticas pedagógicas enriquecidas, espaço físico e materiais apropriados.

2. PRÉ-ESCOLA PARA TODOS

A pré-escola, que atende crianças de 4 a 5 anos, é, sim, obrigatória. Mas, em 2018, a meta da universalização não foi alcançada em nenhuma região do país. O nível médio de escolarização para esta faixa etária, no Brasil, foi de 92,4%. Isso significa que cerca de 300.000 crianças nesta faixa etária estão fora da pré-escola.

Entre as crianças sem pré-escola, QUAL O MOTIVO?

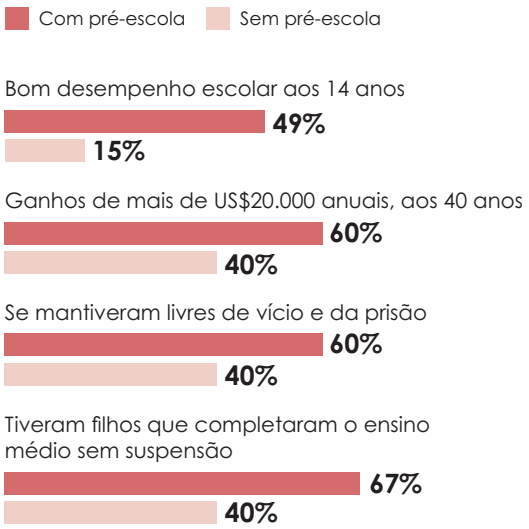
Para que o seu município contribua para elevar essa média, é preciso identificar as crianças fora da pré-escola, conscientizar as famílias de que esta é uma etapa obrigatória da educação e garantir o acesso a ela.



Fonte: *IBGE, 2017*

Efeitos positivos da PRÉ-ESCOLA

Um estudo americano comparou durante décadas um grupo de crianças pobres que frequentou a pré-escola e outro que não frequentou



Fonte: *HighScope Educational Research Foundation, Perry School Project. Disponível em https://highscope.org/perry-preschool-project/*

3. EDUCAÇÃO INFANTIL DE QUALIDADE

Os municípios brasileiros avançaram muito em prover acesso à educação infantil, mas ainda têm poucas políticas públicas que permitam aferir sua qualidade.

Para investir na melhoria do serviço, é primordial saber o que precisa ser aprimorado.

É fundamental, portanto, a implementação de processos de avaliação da qualidade da educação infantil, que levem em conta a infraestrutura das unidades, os materiais disponíveis e práticas pedagógicas realizadas.

O passo seguinte, obviamente, é agir com base nos resultados.

Qualidade é:

- Implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)
- Formação continuada dos profissionais de educação
- Infraestrutura e materiais adequados para a idade
- Práticas pedagógicas alinhadas à BNCC

4. CUIDADOS DA GESTAÇÃO ATÉ OS PRIMEIROS ANOS

A fase em que diversas estruturas do cérebro estão em formação e maturação é uma janela de oportunidade para garantir um bom desenvolvimento da criança.

Garantir uma atenção básica de qualidade nos equipamentos de atenção primária do SUS, no pré-natal, puerpério e puericultura, deve ser prioridade da gestão.

Um bom exemplo de ação é a expansão da Estratégia Saúde da Família (ESF), cujas equipes identificam problemas comuns e riscos à saúde da população, além de executar procedimentos de vigilância epidemiológica. Elas promovem aleitamento materno, cuidados pré-natais, neonatais, imunização, controle de doenças contagiosas, diarreia e outras questões que atingem as crianças até os 5 anos de idade.

Benefícios da ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

(efeitos medidos no segundo ano após adesão ao programa)

- Queda na taxa de mortalidade infantil = de **3%** a **9%**
- Aumento de partos em hospital
- Redução de doenças infecciosas e parasitárias
- Diminuição no atraso escolar **aos 7 e aos 10 anos de idade**

Fonte: *NCPI, Impactos da Estratégia Saúde da Família e Desafios para o Desenvolvimento Infantil. Disponível em https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2019/12/AF_NCPI-WP_n5_2019_online_v2.pdf*

5. APOIO E FORTALECIMENTO DAS FAMÍLIAS - PROGRAMAS DE VISITAÇÃO DOMICILIAR

O objetivo desses programas é compartilhar com as famílias as interações mediadas pelo afeto são extremamente importantes para o desenvolvimento pleno da criança.

O apoio da família no desenvolvimento da criança, de acordo com diversos estudos, pode reverter em uma série de experiências estimulantes e apropriadas para os pequenos.

A ideia é que profissionais qualificados e treinados visitem as famílias com uma certa periodicidade para orientá-las a exercer a parentalidade.

Possíveis vantagens DAS VISITAS

(de acordo com evidências de onde isso foi aplicado)

- auxílio na procura de serviços públicos em caso de necessidade (estresse, abuso etc.)
- melhora no desenvolvimento motor, de linguagem, cognitivo e de funções executivas da criança
- redução na incidência de problemas como ansiedade, agressividade e estresse
- melhora nas interações dos adultos com a criança
- melhora na comunicação familiar, que impacta no nível de vocabulário da criança
- promoção de práticas de disciplina positiva e redução das negativas, como a punição física

Fonte: *Estudo nº IV: Visita domiciliar como estratégia de promoção do desenvolvimento e da parentalidade na primeira infância. Disponível em: https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2018/12/NCPI-Working-Paper-4_Visita-Domiciliar_online.pdf*

6. APOIO E FORTALECIMENTO DAS FAMÍLIAS - GRUPOS DE PARENTALIDADE

Além das visitas domiciliares, existe a possibilidade de oferecer atenção às famílias em situação de vulnerabilidade por meio de encontros em grupo – modalidade em que as diferentes famílias se deslocam a um centro específico para desempenhar as atividades propostas. A formação de grupos como parte da linha de cuidado materno infantil, dentro dos equipamentos da atenção primária de saúde ou da proteção básica na assistência social, é uma importante estratégia, pois permite que as famílias se apoiem mutuamente na tarefa de constituir e fortalecer vínculos positivos com as crianças.

Para serem eficientes, é preciso que esses grupos tenham currículo estruturado, metodologia e orientações técnicas para guiar o serviço de modo a fortalecer os vínculos e as interações parentais.

Um exemplo é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), ofertado nos CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) dos municípios.

7. POLÍTICAS INTEGRADAS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA

Os cuidados necessários para atender uma criança envolvem diversas áreas: educação, saúde, assistência social, entre outras cujas atividades tenham impacto nas famílias.

Por isso, é preciso agir de forma intersetorial, para planejar e implementar as ações em prol da primeira infância.

Esse esforço conjunto deve se concentrar especialmente nos primeiros 1.000 dias de vida da criança – da gestação até os 2 anos de idade. É o período em que a criança mais precisa de estímulos, e no qual as negligências podem comprometer seu potencial.

O artigo 7º do Marco Legal da Primeira Infância recomenda a criação dos Comitês Intersetoriais de Políticas Públicas para a Primeira Infância, com a missão de assegurar a articulação das ações voltadas à proteção e à promoção dos direitos da criança.

8. PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA (PMPI)

Este plano, recomendado pelo Marco Legal da Primeira Infância, é um instrumento político e técnico, intersetorial, que tem por objetivo atender aos direitos das crianças de 0 a 6 anos no município.

Além da participação de diferentes secretarias e órgãos públicos, ele inclui o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, representantes da sociedade civil e a escuta e participação das próprias crianças.

O PMPI tem normalmente metas de uma década. Ele deve ser acompanhado de um Plano de Ação, que estabelece as diretrizes para o governo agir no horizonte de seus quatro anos de mandato. E, para que dê certo, este plano deve ser compartilhado, divulgado... e executado.

Desde a aprovação do Marco Legal da Primeira Infância, em 2016, foram feitos cerca de 500 PLANOS MUNICIPAIS. Mas o Brasil tem 5.570 MUNICÍPIOS

9. PRIORIZAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA NO ORÇAMENTO

Se a primeira infância é prioridade, isso deve estar refletido no orçamento municipal.

Trata-se de elaborar o orçamento de forma a permitir a identificação dos recursos investidos na primeira infância pelas instituições e pela sociedade.

Atualmente, isso só costuma ser feito na educação, área que conta com recursos discriminados para cada etapa da educação básica.

Um passo inicial pode ser a adoção do Orçamento Criança (OCA), uma metodologia que permite enxergar, e posteriormente avaliar os gastos feitos em prol das crianças no município.

Recomendações para os PLANOS DE GOVERNO

1 Ampliar a oferta de creche para crianças de 0 a 3 anos.

2 Garantir vagas na pré-escola para todas as crianças de 4 e 5 anos.

3 Garantir a qualidade da oferta da educação infantil.

4 Garantir a atenção e o cuidado às gestantes e às crianças do nascimento até os primeiros anos de vida.

5 Implementar ou ampliar programa de visitação domiciliar para famílias em situação de vulnerabilidade.

6 Implementar ou ampliar programas de atendimento em grupo para famílias vulneráveis.

7 Integrar as políticas de educação, saúde e assistência social voltadas às crianças de 0 a 6 anos.

8 Elaborar e implementar o Plano Municipal pela Primeira Infância.

9 Priorizar a criança no PPA e no orçamento municipal.

FUNDAÇÃO

Maria Cecilia Souto Vidigal

https://www.fmcsv.org.br/